

***I Prêmio Nacional de Monografias  
em Segurança com Cidadania***

*Professora Valdemarina Bidone de Azevedo e Souza*

**RESUMO DAS MONOGRAFIAS PREMIADAS**

**1ª CONFERÊNCIA NACIONAL  
DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Ministério da Justiça - 2009





***I Prêmio Nacional de Monografias  
em Segurança com Cidadania***

*Professora Valdemarina Bidone de Azevedo e Souza*

**RESUMO DAS MONOGRAFIAS PREMIADAS**

**1ª CONFERÊNCIA NACIONAL  
DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Ministério da Justiça - 2009

**Presidente da República**

*Luiz Inácio Lula da Silva*

**Ministro da Justiça**

*Tarso Genro*

**Secretário Nacional de Segurança Pública**

*Ricardo Brisolla Balestreri*

**Coordenadora Geral da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública**

*Regina Miki*

**Editor**

*Luciane Patrício Braga de Moraes*

**Conselho Editorial**

*Fernanda Alves dos Anjos (MJ)*

*Haydée Caruso (SENASP - MJ)*

*Jacqueline de Oliveira Muniz (PMD - UCAM)*

*José Luis Rattón (UFPE)*

*Luciane Patrício Braga de Moraes (MJ)*

*Luis Flávio Saporì (PUC - MG)*

*Marcelo Ottoni Durante (SENASP MJ)*

*Paula Miraglia (ILANUD)*

*Regina Miki (MJ)*

*Renato Sérgio de Lima (FBSP)*

*Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo (PUC - RS)*

*Thadeu de Jesus e Silva Filho (SENASP - MJ)*

**Capa e Diagramação**

*Renato Gonçalves Pedreira Júnior*

**Tiragem inicial:** 5.000 exemplares

ISSN 2175-5949

Resumos das Monografias do I Prêmio Nacional de Monografias em Segurança com Cidadania Professora Valdemarina Bidone de Azevedo e Souza – Projetos Especiais – 1ª CONSEG

Coordenação Geral da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública  
Ministério da Justiça – Ano I, 2009, n. 08. Brasília, DF.

Todos os direitos reservados ao

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ)

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Edifício Sede

Brasília, DF – Brasil – CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-9570

Impresso no Brasil

# SUMÁRIO

<b>Apresentação</b>	<b>7</b>
<b>Lista de Premiados</b>	<b>9</b>
<b>Resumo das Monografias</b>	<b>13</b>
<b>Ficha Técnica</b>	<b>39</b>







## Apresentação

O I Prêmio Nacional de Monografias em Segurança com Cidadania Professora Valdemarina Bidone de Azevedo e Souza foi desenvolvido no âmbito das ações da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, como forma de estimular a produção bibliográfica qualificada na área da segurança pública com cidadania, bem como dar visibilidade às pesquisas empreendidas por estudantes, trabalhadores, servidores públicos e gestores que se dedicam ao tema.

Realizado em parceria com o Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública (DEPAID) - órgão da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça, o projeto homenageia a professora Valdemarina Bidone de Azevedo Souza. Mestre e Doutora em Educação pela PUC/RS, a professora foi idealizadora da matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública na SENASP, documento referencial para os processos de educação em segurança pública no Brasil. Valdemarina Bidone também participou da concepção da Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública (RENAESP).

Com participação de monografias de todas as regiões do Brasil e produzida por atores das mais diferentes instituições de segurança pública, da sociedade civil, bem como de múltiplas formações acadêmicas, o I Prêmio de Monografias demonstra que a produção de estudos e pesquisas qualificadas sobre segurança pública está em amplo desenvolvimento, garantindo hoje um acervo capaz de influir positivamente na construção de políticas públicas pautadas em princípios democráticos e de garantia dos direitos humanos em nossa sociedade.

O presente material apresenta o resultado do Prêmio de Monografias, contemplando a publicação do resumo dos trabalhos dos três primeiros colocados de cada um dos sete eixos temáticos da 1ª CONSEG. Os trabalhos estarão disponíveis, na íntegra, no portal do Ministério da Justiça.

Ao todo, o Prêmio recebeu a inscrição de 202 trabalhos de todo o país. A primeira tarefa da Comissão Julgadora foi analisar o conteúdo e a adequação das obras aos critérios do regulamen-



to, publicado em edital. Após essa triagem, 88 monografias passaram para a segunda fase de seleção, sendo 40% oriundas do Sudeste; 19% da região Sul; 17% do Nordeste; 14% dos Estados do Centro-Oeste e 10% do Norte.

O Prêmio demonstrou que as pesquisas acadêmicas na área de segurança com cidadania estão em alta no Brasil, e garantiu a produção de literatura qualificada sobre os sete Eixos Temáticos que constituem a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (1ª Conseg). Em parte, esse aumento deve-se a iniciativas como os cursos de especialização promovidos pela Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP) da Secretaria Nacional de Segurança Pública, até o momento, responsáveis pela formação e aperfeiçoamento profissional de mais de 5000 profissionais de segurança pública e pesquisadores da sociedade civil.

**Ricardo Brisolla Balestreri**

Secretário Nacional de Segurança Pública

**Regina Miki**

Coordenadora Geral da 1ª Conferência Nacional de  
Segurança Pública





# **PREMIADOS I PRÊMIO NACIONAL DE MONOGRAFIAS EM SEGURANÇA COM CIDADANIA PROFESSORA VALDEMARINA BIDONE DE AZEVEDO E SOUZA**

## ***EIXO 1 – Gestão democrática: controle social e externo, integração e federalismo***

MONOGRAFIA VENCEDORA: “Quem vigia as polícias? Análise da atuação da Corregedoria da PM/SE em casos noticiados de desvio de conduta entre Julho de 2006 e Junho de 2007”.

Autor: Márcio José Freire Ribeiro (Aracaju – SE)

MENÇÃO HONROSA: “Governança em Segurança Pública : Estudo de Caso - Ações Conjuntas entre Órgãos de Segurança do Brasil e da Argentina”.

Autor: Sergio Flores de Campos (Santa Rosa – RS)

TERCEIRO LUGAR: “Os Municípios e a Segurança Pública: análise do exercício da democracia em políticas públicas, o caso do CONSEG em Marília/SP”

Autora: Thaise Marchiori (Marília – SP)

## ***EIXO 2 – Financiamento e gestão da política pública de segurança***

MONOGRAFIA VENCEDORA: “Uso da Força: um novo método de Mensuração do desempenho policial”.

Autora: Tânia Pinc (São Paulo – SP)

MENÇÃO HONROSA: “Da implementação à institucionalização - uma análise do Programa Fica Vivo!”.

Autora: Carolina Proietti Imura (Belo Horizonte – MG)

TERCEIRO LUGAR: “Ouvidoria Policial Militar: Uma Questão de Gestão da Comunicação”

Autor: Orlando Campos de Souza Neto (São Paulo – SP)



### **EIXO 3 – Valorização profissional e otimização das condições de trabalho**

MONOGRAFIA VENCEDORA: “A Clínica na Instituição Policial: Promovendo a Valorização Profissional”

Autora: Cleandra Danyelle Cavalcanti Mendes Melo (Recife – PE)

MENÇÃO HONROSA: “Cerceamento à Liberdade de Expressão dos Policiais e Bombeiros Militares”

Autor: Júlio César Lopes Da Silva (Cuiabá – MT)

TERCEIRO LUGAR: “A concepção de envelhecimento de policiais militares associada às suas metas pessoais: um estudo de caso em busca da qualidade de vida e da valorização profissional.”

Autor: Pedro Joel Silva Da Silva (Viamão – RS)

### **EIXO 4 – Repressão qualificada da criminalidade**

MONOGRAFIA VENCEDORA: “Ciência Forense: Um Corpo Especializado de Conhecimento.”

Autora: Patrícia de Cássia Valério Fachone (Cuiabá – MT)

MENÇÃO HONROSA: “Determinantes da Taxa de Crime Contra o Patrimônio no Estado de Minas Gerais”

Autor: Marcelo Vitor Martins de Meneses (Belo Horizonte - MG)

TERCEIRO LUGAR: As Polêmicas em Torno da Lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrência: Pontos e Contrapontos de Uma Prática

Autor: Luciano Silva Gomes (Palmas –TO)

### **EIXO 5 – Prevenção social do crime e das violências e construção da cultura de paz**

MONOGRAFIA VENCEDORA: “Política Pública de prevenção de homicídios e alternativas de ação coletiva”

Autora: Tatiana Whately de Moura ( São Paulo – SP)

MENÇÃO HONROSA: “A Relação da Polícia Militar Paulista com a Comunidade Negra e o respeito à Dignidade Humana: a Questão da abordagem Policial”

Autor: Airton Edno Ribeiro (São Paulo – SP)

TERCEIRO LUGAR: “Arquitetura e Criminalidade: uma análise sobre o padrão de crime no bairro de Boa Viagem”

Autora: Ana Carolina Puttini Iannicelli (Recife – PE)

### **EIXO 6 – Diretrizes para o Sistema Penitenciário**

MONOGRAFIA VENCEDORA: “Por uma política de atenção integral ao louco infrator – contribuições a partir da experiência da PAI – PJ do TJMG.”

Autora: Fernanda Otoni de Barros (Belo Horizonte - MG)

MENÇÃO HONROSA: “Cidadania para o (des)cárcere: alternativas de humanização e de participação social na questão carcerária no Brasil”

Autor: Paulo Roberto de Souza (Belo Horizonte – MG)

TERCEIRO LUGAR: “Análise do perfil dos crimes praticados pelos presos que cumprem pena na APAC.”

Autora: Diana Mara da Silva (Belo Horizonte – MG)

### **EIXO 7 – Diretrizes para o Sistema de Prevenção, Atendimento Emergenciais e Acidentes**

MONOGRAFIA VENCEDORA: “Sistema de Comando em Operações: O Gerenciamento de Emergências – Uma Análise do Modelo do Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo”

Autora: Siwamy Reis Dos Anjos (Vitória – ES)

MENÇÃO HONROSA: “Rede Solidária de Comunicação do Estado da Bahia: uma proposta de ação cidadã.”

Autor: Jorge Antonio Prudente da Silva Fraga (Feira de Santana – BA)

TERCEIRO LUGAR: “A Polícia Militar Ferida: da violência visível à invisibilidade nos acidentes em serviço”

Autora: Cristina Kolengeski Fraga (São Borja – RS)





## **EIXO 1: GESTÃO DEMOCRÁTICA: CONTROLE SOCIAL E EXTERNO, INTEGRAÇÃO E FEDERALISMO**

**Monografia Vencedora:** QUEM VIGIA AS POLÍCIAS? ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA CORREGEDORIA DA PM/SE EM CASOS NOTICIADOS DE DESVIO DE CONDUTA ENTRE JULHO DE 2006 E JUNHO DE 2007

**Autor:** *Márcio José Freire Ribeiro – Aracaju - SE*

### **RESUMO**

O objeto do presente trabalho é fazer uma análise da atuação da Corregedoria de Polícia Militar de Sergipe entre Julho de 2006 a Julho de 2007. Para tanto, fez-se uma seleção de casos de desvios de condutas ocorridos na região metropolitana de Aracaju dentro do período informado, a partir de notícias de desvios praticados por Policiais Militares relatados em dois jornais diários do Estado. Nessa linha, buscou-se os casos que envolviam policiais estando ou não em serviço. Em seguida fez-se uma busca junto a Corregedoria da Polícia Militar do estado onde se apurou, entre outros dados, se houve procedimento aberto para o caso escolhido, sua duração e seu desfecho. Trata-se de uma pesquisa qualitativa cujo processo de pesquisa baseou-se no método empírico-indutivo e contou, além do levantamento bibliográfico, com a pesquisa em banco de dados do laboratório de Jornalismo da UFS/SE e dados colhidos através de Boletins de serviços da instituição, além de visitas à própria Corregedoria. As conclusões principais foram: a Corregedoria da instituição é pouco valorizada dentro da estrutura; o controle por ela exercido carece de transparência; devido às peculiaridades do meio militar e problemas legais, o controle da atividade policial da Polícia Militar de Sergipe é confuso e, por fim, constatou-se a inexistência de formas de participação da sociedade no processo de controle disciplinar.

**Palavras-chave:** Desvio Policial – Controle – Democracia – Polícia Militar – Corregedoria de Polícia

**Segundo Lugar:** GOVERNANÇA EM SEGURANÇA PÚBLICA : ESTUDO DE CASO - AÇÕES CONJUNTAS ENTRE ÓRGÃOS DE SEGURANÇA DO BRASIL E DA ARGENTINA

**Autor:** Sérgio Flores de Campos – Santa Rosa - RS

**RESUMO**

O presente trabalho objetivou identificar um modelo de gestão diferenciada dentro de atividades de relações institucionais entre Órgãos de segurança do Brasil e da Argentina, especificamente na fronteira entre o Rio Grande do Sul e a Província de Misiones. Objetivo Geral – Propor pontos de referência que auxiliem na argumentação da necessidade de políticas públicas na área de segurança pública brasileira que possibilitem a integração de forças de segurança pública em uma área de fronteira entre países, estados e municípios no desenvolvimento da governança de polícia. Objetivos específicos: a. Analisar como e por que é desenvolvida a prática da integração no Comando Regional Fronteira Noroeste, verificando importância da adoção de uma estratégia pela Brigada Militar, Governo do Estado e Governo Federal. b. Analisar a importância da integração. c. Contextualizar a experiência Regional de integração e dar-lhe suporte a partir do olhar de gestão e sociologia. Metodologia :A coleta de evidências utilizou-se de uma pesquisa qualitativa utilizando-se documentos arquivados junto ao Comando Regional Fronteira Noroeste da Brigada Militar.

**Palavras-chave:** fronteira; integração; polícia.

**Terceiro Lugar:** OS MUNICÍPIOS E A SEGURANÇA PÚBLICA: ANÁLISE DO EXERCÍCIO DA DEMOCRACIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS, O CASO DO CONSEG EM MARÍLIA/SP.

**Autora:** Thaise Marchiori – Marília - SP

**RESUMO**

Partindo da concepção específica de segurança pública com a participação da sociedade civil e que não se restringe estritamente à “questão de polícia”, o estudo analisa a multiplicidade dos atores sociais e ações de prevenção que intervêm na segurança dos municípios. O exercício da democracia na segurança pública distingue-se do controle penal-repressivo e envolve o termo prevenção da criminalidade como potencialidades da segurança cidadã. Também é realizada a verificação da qualidade da intervenção pública e da sociedade civil e como os espaços públicos são construídos e experimentados no CONSEG em Marília. Para tanto, o estudo realizou um levantamento sobre o CONSEG que compreende o período de 1989 e 2003, a pesquisa de campo foi realizada em 2006 e 2007. Esse trabalho contribui na discussão do eixo temático 1, pretendo conhecer como ocorre as relações dentro do CONSEG e procura contextualizar os avanços e recuos no exercício da democracia dentro da segurança pública.

**Palavras-chave:** Políticas de segurança pública. Prevenção da criminalidade. Democracia. Conselho Comunitário de Segurança.



## **EIXO 2: FINANCIAMENTO E GESTÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA**

**Monografia Vencedora:** USO DA FORÇA: UM NOVO MÉTODO DE MENSURAÇÃO DO DESEMPENHO POLICIAL.

**Autora:** Tânia Pinc - Polícia Militar do Estado de São Paulo – São Paulo - SP

### **RESUMO**

A monografia pretende analisar a relação entre o desempenho operacional do policial militar e a padronização procedimental, que orienta a conduta individual do policial durante os encontros com o público, principalmente no que diz respeito ao uso da força não-letal. A variável dependente desse estudo é a conduta individual do policial e a principal variável independente são os Procedimentos Operacionais Padrão – POP, estratégia institucional que visa minimizar a prática individual de condutas arbitrárias. O encontro selecionado para estudo é a abordagem policial. A amostra utilizada é de 90 abordagens realizadas por policiais militares no transcorrer do período de dois meses do ano de 2006, na cidade de São Paulo. Os dados são derivados da observação direta do fenômeno, ou seja, os policiais foram observados em seu ambiente natural, realizando abordagens na via pública, sem que soubessem que estavam sendo observados. Na coleta de dados foi utilizada a técnica da Observação Social Sistemática – OSS, que têm sido empregada em várias modalidades de pesquisa sobre o trabalho policial em outros países (REISS, 1971; TERRILL & REISIG, 2003; WEIDNER & TERRILL; 2005). A observação foi registrada em vídeo e codificada por meio de um questionário com 92 perguntas, compondo assim a base de dados para análise. O foco dessa análise está voltado para a relação cotidiana entre policiais e não-policiais, ocasião em que há o emprego de algum grau de força não-letal. A hipótese central é a de que a não-observância dos POP, durante os encontros com o público, aumenta a probabilidade do uso de condutas não seguras que incidem na elevação da prática de pequenos abusos e da exposição ao risco, tanto dos policiais quan-

to dos não-policiais. O método utilizado permitiu criar uma medida que pudesse avaliar o desempenho policial durante as abordagens. Essa medida permite tratar o problema da vitimização policial e da prática abusiva antes da ocorrência do fato. Neste sentido, a metodologia permite avaliar o impacto da política na conduta individual do policial e identificar as condutas que precisam ser incrementadas, a fim de evitar a ocorrência de resultados indesejados durante a abordagem policial.

**Palavras-Chave:** polícia; abordagem policial; observação social sistemática; uso da força; desempenho policial; medida de desempenho.

**Segundo Lugar:** DA IMPLEMENTAÇÃO À INSTITUCIONALIZAÇÃO - UMA ANÁLISE DO PROGRAMA FICA VIVO!-

**Autora:** Carolina Proietti Imura – Belo Horizonte - MG

## RESUMO

O presente trabalho desenvolve uma análise exploratória dos efeitos do processo de institucionalização do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! – Belo Horizonte – MG. Utilizando-se da metodologia de estudo de caso, este trabalho aborda o tema da gestão em políticas públicas de segurança ao analisar a transição de uma iniciativa de gestão local, com forte participação da sociedade civil, para uma política pública de segurança do Estado de Minas Gerais. Para tanto, foram utilizados dados secundários de fontes teóricas, tais como tese, monografia, artigos e reportagens. A análise pormenorizada de seu processo de implementação e institucionalização, foco deste trabalho, revela vantagens e desvantagens inerentes a esse processo. Por um lado a institucionalização pode ser uma forma de o programa ganhar em continuidade e abrangência, além de contornos institucionais e organizativos. Por outro lado, incorre no risco de perder as principais características de seu desenho original, tais como: a horizontalidade das decisões, as parcerias inéditas viabilizadas pela distribuição equitativa de poder, a proximidade com o público-objetivo e com a comunidade em questão, a participação das lideranças comunitárias, a participação de atores com vinculações institucionais diversas, o acesso à prestação de contas dos recursos utilizadas, entre outras. A investigação deste estudo relevância na medida em que a análise dela decorrente pode atuar como um disparador de uma análise

lise mais aprofundada em relação ao desenho e à gestão dessa e de outras políticas na área de segurança pública.

**Palavras-chave:** gestão em políticas públicas de segurança, gestão local, participação da sociedade civil, implementação, institucionalização.

**Terceiro Lugar:** Ouvidoria POLICIAL MILITAR: Uma Questão de Gestão da Comunicação

**Autor:** Orlando Campos de Souza Neto – São Paulo - SP

## RESUMO

Este trabalho apresenta um Projeto de Intervenção visando criar a figura do Ouvidor na Polícia Militar da Bahia, a partir de uma discussão sobre a figura e o papel do ouvidor, relacionando-o ao gestor da comunicação, mostrando que os conceitos e ferramentas da Gestão da Comunicação podem melhorar e ampliar o desempenho dessa função. Para aproximar nossa proposta da realidade do Estado da Bahia, escolhemos pesquisar as condições e possibilidades de implantação da Ouvidoria na cidade de Lençóis, região da Chapada Diamantina, extraído dessa pesquisa um modelo que possa ser generalizado para o resto da Polícia Militar da Bahia. Comunicação é um fenômeno que tem força e poder de transformação social como mediadora das ocorrências da vida humana. As mudanças que temos experimentado no cenário organizacional nos últimos anos geralmente se referem ao estabelecimento de novas regras e demandas sociais. Ouvidoria é uma nova forma de participação dos cidadãos nas organizações, funcionando com o intuito de melhorar a qualidade de vida das pessoas, servindo como um termômetro de qualidade institucional. Nossa conclusão é que a presença do ouvidor pode ser eficaz na promoção da transparência no exercício do serviço policial militar, na ampliação da participação popular e para o fortalecimento do exercício da cidadania.

**Palavras-chave:** Comunicação. Gestor de Comunicação. Democracia. Ouvidoria. Ouvidor. Polícia Militar da Bahia.





## **EIXO 3: VALORIZAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO**

**Monografia Vencedora:** A CLÍNICA NA INSTITUIÇÃO POLICIAL:  
PROMOVENDO A VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

**Autora:** Cleandra Danyelle Cavalcanti Mendes Melo - Recife – PE

### **RESUMO**

A partir de um olhar sobre a cultura organizacional da Instituição Policial emerge a necessidade de se refletir sobre a viabilidade de um espaço de acolhimento ao sofrimento trazido pelo policial. Questionando-se se é possível esse espaço numa Instituição que promove o apagamento do sujeito, que desconsidera a alteridade e a expressão da criatividade, uma vez que é rigidamente hierarquizada e as relações de poder e submissão fazem parte do cotidiano. A partir da experiência na Divisão de Assistência Psicológica da Polícia Civil de Pernambuco, percebe-se que é possível e viável uma Clínica nessa Instituição, que considerou a demanda urgente e crescente do sofrimento psíquico entre os policiais e se propôs a criar um espaço clínico que pudesse se oferecer como continente dessa demanda. Nesse sentido, a Clínica na Instituição se propõe a ser um ambiente diferenciado, que acolhe o policial em seu sofrimento, dando-lhe a sustentação necessária para elaborar suas experiências, pretendendo fazer emergir o sujeito singular e criativo. Essa Clínica Institucional vai buscar subsídios teóricos na Clínica Psicanalítica, sobretudo em Winnicott, tendo em vista seu olhar diferenciado sobre o indivíduo e seu ambiente. Antes de tudo, essa Clínica visa o acolhimento e valorização do policial, considerando-o todos os seus aspectos biopsicossociais, e observando que esse acolhimento tem repercussões na otimização do trabalho, na vida pessoal, familiar e social do indivíduo.

**Palavras-Chave:** Clínica Institucional, Valorização Policial, Olhar Biopsicossocial.

## **Segundo Lugar: CERCEAMENTO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES**

**Autor:** Júlio César Lopes da Silva (Cuiabá – MT)

### **RESUMO**

O presente trabalho tem o objetivo de demonstrar que as normas militares que coíbem à manifestação do pensamento, à criação, à expressão e à informação são inconstitucionais, ou melhor, sequer fazem parte do ordenamento jurídico brasileiro por não terem sido recepcionadas pela nova ordem constitucional de 1988, não devendo, portanto, recair sobre os militares estaduais quaisquer sanções que lhes privam a liberdade de locomoção, sua honra ou dignidade, seja sobrevinda de aplicação do Regulamento Disciplinar Militar ou mesmo do Código Penal Militar, (Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969), visto que a manifestação do pensamento somente poderá ser limitada ou restringida por normas contidas na própria Constituição da República, nos termos dos seus artigos 5º, incisos IV, V, IX, X, XIII, XIV e 220, pois o cerceamento à liberdade de expressão por lei infra-constitucional, ainda mais por leis advindas do funesto período militar, atenta diretamente contra o Estado Democrático Direito, além de não permitir que parte significativa da população não contribua intelectualmente para a melhoria da segurança pública no país, visto que aquele que mais entende de combate à criminalidade, os policiais, estão amordaçados e são vítimas da censura castrense que os impede de expressarem o que pensam e almejam. A alternativa encontrada para minimizar o cerceamento à manifestação do pensamento dos militares foi recorrer aos blogs na internet, local onde se expressam e trocam conhecimento acerca da segurança pública, na maioria das vezes anonimamente, porque mesmo a Constituição Federal não fazendo nenhuma discriminação aos militares ao que concerne à sua liberdade de expressão, estes se encontram proibidos de falar.

**Palavras-chave:** militar, censura, liberdade de expressão, inconstitucionalidade

**Terceiro Lugar: A CONCEPÇÃO DE ENVELHECIMENTO DE POLICIAIS MILITARES ASSOCIADA ÀS SUAS METAS PESSOAIS: UM ESTUDO DE CASO EM BUSCA DA QUALIDADE DE VIDA E DA VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL**

**Autor:** Pedro Joel Silva da Silva (Viamão – RS)

**RESUMO**

O estudo da concepção de envelhecimento de policiais militares, associada às suas metas pessoais, destaca a necessidade de conhecer-se e ter como referência o perfil motivacional dos Policiais Militares em processo de envelhecimento para compreender-se e conseguir melhor qualidade de vida, valorização profissional e melhores condições de trabalho. Este estudo tem como objetivo caracterizar a realidade dos Policiais Militares, em relação à preparação para a aposentadoria e ao envelhecimento, visando a contribuir para a melhoria da qualidade de vida individual e coletiva, quando esses profissionais estiverem na reserva. Analisou as metas motivacionais dos policiais militares do 24º Batalhão de Polícia Militar da Brigada Militar e possíveis relações com a sua concepção de envelhecimento; identificou as principais limitações e implicações para o envelhecimento saudável que permeiam o contexto institucional dos pesquisados. Ainda, propôs-se a identificar pontos de referência, que pudessem auxiliar na reflexão sobre Políticas Públicas promotoras de uma formação policial de qualidade, valorização profissional associada à busca de longevidade sadia e produtiva. Os procedimentos metodológicos e a análise dos dados foram desenvolvidas numa abordagem qualitativa descritiva, mediante a análise textual qualitativa proposta por Moraes. A relação entre leitura e significação se efetivou através da modalidade de estudo de caso. O estudo foi desenvolvido com 11 policiais militares do 24º Batalhão de Polícia Militar de Alvorada, Rio Grande do Sul, no período de agosto de 2006 a agosto de 2007, com oficiais e praças, ativos e inativos convocados voluntários, distribuídos em postos e graduações. A coleta de dados foi realizada através de uma entrevista, composta por dez questões abertas, que investigavam sobre a concepção de envelhecimento dos policiais militares e suas metas pessoais. A análise dos dados mostrou que a percepção dos policiais militares sobre o envelhecimento ocorre a partir de aspectos tanto biológicos quanto sociais e culturais, que permeiam o contexto profissional, não contemplando o policial militar quando idoso. As metas pessoais dos policiais militares envolvem maior tempo de convivência com a família e atividades de lazer, participação social e cuidados com a saúde. Os resultados do estudo indicam que as limitações para o envelhecimento saudável dos policiais militares são de-

correntes dos baixos salários, da ausência de planejamento familiar e de preparação para viver com saúde a aposentadoria e o próprio envelhecimento, requerendo valorização dos profissionais e melhorias nas condições de trabalho. Constatou-se que o trabalho desenvolvido pelo policial militar e suas condições financeiras influenciam diretamente as suas crenças, valores e, principalmente, a sua forma de pensar e viver a própria velhice e a aposentadoria.

**Palavras-chave:** concepção de envelhecimento – policiais militares – metas pessoais – aposentadoria.



## **EIXO TEMÁTICO 4 - REPRESSÃO QUALIFICADA DA CRIMINALIDADE**

**Monografia Vencedora:** CIÊNCIA FORENSE: UM CORPO ESPECIALIZADO DE CONHECIMENTO

**Autora:** Patrícia de Cássia Valério Fachone (Cuiabá – MT)

### **RESUMO**

O desenvolvimento exponencial que o conhecimento científico e tecnológico verificou principalmente no século XX forneceu instrumentos e mecanismos de uso potencial à elucidação e combate ao crime. Assim, emerge a ciência forense, que define o resultado acumulado e o processo de geração e transferência de conhecimento científico e tecnológico com a finalidade de aplicação na análise de evidências materiais de suposto crime apurado no âmbito do Sistema de Segurança Pública e Justiça Criminal. O estoque de conhecimento da ciência forense vem se avolumando, conformando um sistema oriundo da inter-relação dos sistemas de Ciência e Tecnologia e de Segurança Pública e Justiça Criminal. Perícia criminal é o exame que se baseia em ciência forense para analisar evidências materiais geradas por suposto crime, com o objetivo de conhecer os instrumentos utilizados, o(s) autor(es), a dinâmica e o resultado do evento para fundamentar os procedimentos legais iniciais até o julgamento. No Brasil, não há mensuração de quantos inocentes passaram ou passam anos presos, por exemplo, à espera de um exame de DNA que descarte a sua participação no crime. Ou ainda, quantas vítimas aguardam a produção de provas periciais em seus casos. Intangível é o número de criminosos que se desembaraçaram de processos por insuficiência de provas. Por esses motivos, entre outros, a relevância do setor para a sociedade é factível como mecanismo à consignação da culpabilidade ou da inocência. Infere-se que, apesar de necessária, a tradicional tríade “viaturas, armas e efetivos policiais” não é suficiente para reprimir adequadamente a criminalidade. Argumenta-se que a perícia criminal executada com excelência tem o imperativo de promover os direitos humanos. E, para atingi-la, entre outras coisas, é necessário treinamento avançado de pessoal,

geração e transferência de conhecimento, e instituições capazes de realizar estas tarefas. Objetiva-se analisar a formação de recursos humanos, uma das características que condicionam o processo de institucionalização na ciência forense no Brasil. Nessa análise, utiliza-se a abordagem do paradigma sistema conforme Morin (1982) e da sociologia do conhecimento sob a ótica de Berger e Luckmann (1966) que apontam que a extensão da institucionalização é percebida pela segmentação da ordem institucional e pela distribuição social de conhecimento. Para a aplicação forense, deve haver a aceitação geral das tecnologias e dos procedimentos utilizados pela comunidade científica internacional. O conjunto de conhecimentos científicos e tecnológicos relativos à ciência forense é o principal instrumento que deve manufaturar a prova pericial. Depreende-se que a ciência forense constitui um corpo específico de conhecimento. Ao realizar comparações internacionais, é importante salientar que não se pretende argumentar que o Brasil deva efetuar qualquer tipo de cópia mecânica de modelos exógenos. Compreender as condições e conhecer os resultados que foram obtidos em ciência forense em outros países, sopesando os diferentes contextos, pode ser uma fonte de inspiração à formulação de estratégias que impactem no desenvolvimento da ciência forense brasileira.

**Palavras-Chave:** 1.Ciência forense – Brasil 2. Excelência na qualidade 3. Política governamental.

**Segundo Lugar:** DETERMINANTES DA TAXA DE CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO NO ESTADO DE MINAS GERAIS

**Autor:** Marcelo Vitor Martins de Meneses (Belo Horizonte – MG)

## RESUMO

Este trabalho busca analisar a taxa de crime contra o patrimônio nos 853 municípios do Estado de Minas Gerais, segundo os pressupostos da teoria econômica do crime. Para esse fim, são utilizados dados municipais dos crimes contra o patrimônio que envolvam violência no período compreendido entre 2000 e 2004. O entendimento do crime é fundamental para a implementação de políticas públicas e práticas de prevenção à criminalidade que acarretam a redução do número de ocorrências criminais. Para isso, a criminalidade, no modelo teórico apresentado, pode ser explicada levando-se em conta um estudo de custos e benefícios da ação criminosa, que sofre interferência das características locais,

da vizinhança e das qualidades pessoais, como idade e escolaridade. Utilizam-se, como metodologia de análise, os modelos econométricos com dados em painel (efeito fixo) e dados em painel dinâmico (Arellano & Bond). Os fatores renda e tamanho da população são os principais determinantes da criminalidade nas cidades mineiras.

**Palavras-chave:** Teoria Econômica do Crime, Crimes contra o Patrimônio, Dados em Painel, Arellano & Bond.

**Terceiro Lugar:** AS POLÊMICAS EM TORNO DA LAVRATURA DO TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA: PONTOS E CONTRAPONTO DE UMA PRÁTICA

**Autor:** Luciano Silva Gomes (Palmas –TO)

## RESUMO

Trata da lavratura de termo circunstanciado (TC) pela polícia militar no exercício das atividades de policiamento ostensivo preventivo. Analisa a segurança pública nos moldes do art. 144 da Constituição Federal e fundamenta a atuação policial no poder de polícia conferido pelo próprio Estado. Apresenta a importância de maior interação dos órgãos que executam as atividades de polícia para a manutenção da ordem com vistas a um melhor atendimento ao destinatário final dos serviços de segurança. Discute a polêmica existente em torno da amplitude do conceito “autoridade policial” inserida no art. 69 da Lei 9.099/95, a Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, em face dos princípios previstos na própria lei. Aponta benefícios resultantes desta nova forma de proceder.

**Palavras-chave:** Termo circunstanciado. Autoridade policial. Polícia Militar







## **EIXO 5: PREVENÇÃO SOCIAL DO CRIME E DAS VIOLÊNCIAS E CONSTRUÇÃO DA CULTURA DE PAZ**

**Monografia Vencedora:** POLÍTICA PÚBLICA DE PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS E ALTERNATIVAS DE AÇÃO COLETIVA

**Autora:** Tatiana Whately de Moura (São Paulo – SP)

### **RESUMO**

A política pública de prevenção de homicídios na Zona Sul de São Paulo pode ser considerada uma iniciativa inovadora quanto à forma de articulação dos atores políticos e sociais e quanto às alternativas utilizadas para superar os obstáculos locais. A pesquisa que desenvolvemos sobre esta experiência teve dois objetivos gerais. Primeiro, contribuir para o debate acerca dos elementos que favorecem a eficácia das políticas públicas de segurança, apontando para as dificuldades e soluções encontradas para a redução do índice de homicídios na região; segundo, analisar as condições institucionais e o comportamento dos atores no que diz respeito ao desenvolvimento da ação coletiva de promoção da segurança pública local. O trabalho baseou-se em pesquisa bibliográfica, levantamento de dados e estatísticas de homicídios, visitas à região e instituições locais e entrevistas qualitativas com agentes envolvidos na formulação e implementação desta política pública. As ações coordenadas dos diversos órgãos públicos e o apoio da sociedade civil à implementação de medidas como a restrição do horário de funcionamento dos bares representam uma nova forma de superar as limitações estruturais que normalmente afetam as políticas de segurança pública. Os órgãos públicos e a própria comunidade foram responsáveis pela provisão de um bem coletivo e a integração entre estes atores facilitou o diálogo e a compreensão das regras. Pode-se concluir que esta experiência de política pública transcendeu o modelo de implementação de políticas dependentes de coerção estatal e seu resultado positivo só pode ser explicado pela cooperação dos atores públicos, coletivos e individuais envolvidos.

**Palavras-chave:** homicídios, segurança pública, ação coletiva; políticas públicas.

**Segundo Lugar: A RELAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR PAULISTA COM A COMUNIDADE NEGRA E O RESPEITO À DIGNIDADE HUMANA: A QUESTÃO DA ABORDAGEM POLICIAL.**

**Autor:** Airton Edno Ribeiro (São Paulo – SP)

**RESUMO**

A abordagem policial, forma coloquial de nomear a prática social da busca pessoal, é um dos pontos mais tensos da ação policial-militar, momento em que o policial tem que demonstrar preparação profissional adequada, da qual dependerá o sucesso da sua ação, podendo haver ou não o enfrentamento entre o cidadão-policial e o cidadão abordado, em suma, entre Estado e Sociedade. Pesquisas recentes, no entanto, demonstram que o policial militar ainda não está preparado adequadamente para realizar essas abordagens, principalmente em relação ao mandamento constitucional de respeito à dignidade humana. Esta pesquisa, valendo-se de postura com base na fenomenologia, orienta-se pela questão de como deveria ocorrer a abordagem policial com respeito à dignidade humana do negro, na visão do policial militar, que aborda, e de pessoas negras, que são abordadas. O estudo realizou-se com a participação de policiais militares e de pessoas negras abordadas, nas cidades de São Paulo e São Carlos.

Os dados foram coletados em conversas, rodas de conversas e observações de patrulhas, com o objetivo de conhecer e compreender o ponto de vista de policiais e de abordados, assim como de coletar sugestões para a formação inicial e continuada de policiais militares. O resultado obtido foi que apesar de conhecer bem as técnicas e a lei, e saber utilizar esta última para justificar a sua atuação, aparentemente, o policial ainda trabalha baseado em estereótipos criados pela sociedade branca, porque é fruto dessa sociedade, daí a necessidade de discutir o tema, em profundidade, nos cursos de formação e estágios de aperfeiçoamento da Polícia Militar.

**Palavras-chave:** Práticas Sociais. Processos Educativos. Dignidade Humana.

Discriminação Racial. Abordagem Policial. Polícia Militar.

## **Terceiro Lugar:** ARQUITETURA E CRIMINALIDADE – UMA ANÁLISE SOBRE O PADRÃO DE CRIME NO BAIRRO DE BOA VIAGEM.

**Autora:** Ana Carolina Puttini Iannicelli (Recife – PE)

### **RESUMO**

A criminalidade vem crescendo ao longo dos anos de forma assustadora. Recife se apresenta como uma das cidades mais violentas do país. Para combater tal índice o Governo do Estado de Pernambuco tem elaborado programas de melhorias sociais, como o Programa Estadual de Segurança Pública (PESP-2007). Este busca soluções em áreas multidisciplinares, desde a prevenção comunitária à prevenção situacional, onde busca reduzir a criminalidade através de condições ambientais.

Estudos iniciados na década de 60, com Jane Jacobs, relacionam urbanismo e criminalidade, demonstrando que em áreas onde há o uso diversificado de comércio, serviços, lazer e moradia, a taxa de criminalidade tende a ser menor pelo fato de sempre existir uma vigilância. Entretanto, o fato da diversidade estar presente numa área não significa que esta seja segura. Itens importantes como iluminação, manutenção e vigilância natural são questões de fundamental importância para a segurança local.

Elizabeth Wood, também na década de 60, desenvolveu orientações para abordar as questões de segurança, dando ênfase aos aspectos físicos do desenho urbano que iria dar um suporte natural à vigilância do lugar. Suas diretrizes nunca foram executadas, mas estimularam algumas das idéias originais que levaram ao CPTED (Crime Prevention Through Environmental Design), uma cartilha com propostas de um desenho urbano e seu efetivo uso na construção de espaços públicos que possam reduzir a incidência do crime, objetivando fundamentalmente uma melhor qualidade de vida. O processo de desenho através do CPTED depende da combinação de esforços ambientais, governamentais, de lideranças comunitárias e dos profissionais operadores do direito.

Estudos demonstram que criminosos não podem ser literalmente impedidos de cometer crimes devido ao CPTED, mas essas alterações no ambiente físico poderão causar diferenças em certas decisões comportamentais.

Em estudo recente no bairro de Boa Viagem foi possível relacionar a criminalidade existente na área, através do mapeamento do crime – especificamente roubo e furto, com características espaciais existentes. É possível perceber que em ruas onde as edificações possuem grandes muralhas e fachadas sem abertura

para as vias, além de outros fatores, o índice de crime é maior do que em áreas onde existem grades, portas e janelas. A partir do momento em que o cidadão se fecha para a rua, além de torná-la mais deserta e perigosa, ele faz com que o pedestre se transforme em alvo fácil da ação de criminosos. Infelizmente, a Lei de uso do solo de nossa cidade permite esse tipo de atitude.

As Leis devem ser mudadas para que a cidade seja mais “transparente” e permita a vigilância natural do lugar. A participação da sociedade não deve ser somente do ponto de vista do provimento material-financeiro. O primordial é buscarmos que ela seja co-promotora da associação entre as autoridades policiais, judiciárias, políticas e representantes do Ministério Público, para discussão de assuntos relevantes ao tema abordado, assim como medidas para aumentar a segurança urbana.

É necessário mostrar que o Estado pode contar com vários tipos de suporte, inclusive na área de arquitetura e urbanismo, para criar espaços mais seguros e medidas de contenção dos crimes urbanos.

**Palavra-chave:** Arquitetura e urbanismo, segurança, sintaxe espacial, mapeamento.



## **EIXO 6 – DIRETRIZES PARA O SISTEMA PENITENCIÁRIO**

**Monografia Vencedora:** “POR UMA POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL AO LOUCO INFRATOR”.

**Autora:** Fernanda Otoni de Barros (Belo Horizonte - MG)

### **RESUMO**

O sistema penitenciário é uma das engrenagens responsáveis pela gestão dos mecanismos que entrelaçam, numa rede em movimento, os dispositivos legais, institucionais e operadores do sistema penal, para efetuar o ‘controle social punitivo institucionalizado’ (Zaffaroni & Pierangeli, 1997:70). O dinamismo do funcionamento desse entrelaçamento aponta para a evidência de que a regulação do sistema terá de considerar a complexidade dos elementos conceituais, políticos e paradigmáticos que alimentam o jogo forças que nele se cruzam.

Dentre os diversos sítios que compõem esse sistema complexo, a questão do louco infrator apresenta-se de forma destacada, denunciando uma realidade penal em descompasso com os princípios dos direitos humanos e com os avanços relativos à reformulação das experiências clínica e social em atenção ao portador de sofrimento mental, obtidos no último século, os quais ensejaram a produção de novas referências conceituais no campo da saúde mental. A mudança paradigmática almejada pelo movimento da reforma psiquiátrica, nos anos oitenta, ainda não alcançou a solução penal do manicômio judiciário e o paradigma da periculosidade.

Portanto, faz-se urgente rever as bases em que se apoiam os dispositivos normativos, institucionais e conceituais no que diz respeito ao tratamento dos loucos infratores, a partir de novas referências e indicadores extraídos da experiência cotidiana, a fim de nortear a discussão coletiva para a proposição de diretrizes que orientem a política de atenção a essa parcela da população.

Não desconhecemos que, em torno do louco infrator, coadunam os discursos jurídico, clínico e social, de tal sorte que, ao alinhar, em um mesmo campo, referências epistemologicamente

tão diversas, precisamos estar atentos ao fato de que não existe solução simples para o problema, pois o tema do louco infrator se constitui estruturalmente como um campo de natureza complexa.

Esta monografia procurou relatar a trajetória política, institucional e conceitual de uma experiência inovadora, em desenvolvimento há dez anos no Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Trata-se do Programa de Atenção Integral ao 'Paciente Judiciário' Portador de Sofrimento Mental Infrator – PAI-PJ, o qual tem se dedicado, através de parceria intersetorial e multidisciplinar, ao acompanhamento dos loucos infratores durante o tempo em que respondem à medida de segurança, sem recorrer à internação no manicômio judiciário.

Os resultados e as reflexões dessa experiência trazem alguns indicadores para pensar novas diretrizes para o tratamento do louco infrator. Pretendemos demonstrar que as soluções de sociabilidade só podem ser alcançadas quando o portador de sofrimento mental conta com a secretaria de “um programa complexo e multifacetado, que não se constrói a poucas mãos, nem em pouco tempo. É preciso estar aberto às contribuições dos mais diversos segmentos e permitir que o programa siga amadurecendo e corrigindo erros, reavaliando pontos críticos e fortalecendo as ações que indicam eficácia” na redução da violência e na promoção da ampliação dos laços de sociabilidade dos loucos infratores nos interstícios e nas vias principais do mundo público das suas relações de convivência.

**Segundo Lugar:** CIDADANIA PARA O (DES)CÁRCERE: ALTERNATIVA DE HUMANIZAÇÃO E DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA QUESTÃO CARCERÁRIA DO BRASIL.

**Autor:** Paulo Roberto de Souza (Belo Horizonte - MG)

## RESUMO

Este estudo analisa a situação atual dos encarcerados em Minas Gerais e busca apresentar uma proposta para ampliar as alternativas de ressocialização dos detentos do sistema prisional e penitenciário em todo o país. Desde que o castigo corporal foi abolido no Brasil, as penas passarão a ser restritivo de liberdade o encarcerado passou a ser castigado muito mais, pois a pena passou do corpo para a alma, que é horivelmente castigada pelas condições insalubres e desumanas das cadeias brasileiras, um amontoado de pessoas sem condições de higiene ou mesmo de sobrevivência de tal forma

que sua privação passa a ser o paradigma da punição, ao extremo da eliminação da liberdade de viver, em último caso, a dosagem da pena passou a ser uma minuciosa, difícil e insolúvel questão de debates e cálculo. Tomando como parâmetro as leis penais (Código Penal, Lei de Execuções Penais e legislação complementar, além de regulamentos e leis estaduais) e a Constituição Federal e tomando como base a implantação efetiva dos instrumentos e garantias previstos apresenta-se a proposta. Para alcançar os objetivos, realizou-se uma pesquisa empírica e estudo de casos conhecidos e que resultaram em bons frutos.

**Palavras-chave:** Cidadania corporativa; cidadania; responsabilidade social; ressocialização; Sanção penal.

**Terceiro Lugar:** ANÁLISE DO PERFIL DOS CRIMES PRATICADOS PELOS PRESOS QUE CUMPREM PENA NA APAC-ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS

**Autora:** Diana Mara da Silva (Belo Horizonte – MG)

## RESUMO

A crise no sistema prisional, tanto historicamente como nos dias atuais, tem nos levado a reflexão do que fazer para que os casos em que os indivíduos são condenados a cumprirem penas privativas de liberdade possam acontecer de forma digna e com retorno da função que lhe é primordial, que é a ressocialização.

O ideal ressocializador na sua concepção teria a função de preparar o indivíduo que está privado de sua liberdade, utilizando de medidas assistenciais que estariam a cargo do Estado que o custodia, com o objetivo do mesmo não cometer novos delitos, voltando melhor para o seio de sua comunidade e não reincidindo mais.

Muito longe estamos desta realidade, quando pensamos no sistema prisional vigente. Por isto, apostar em estudos que tem o método APAC como referência, aprofundando o conhecimento sobre sua prática e sua expansão pode nos levar a uma nova realidade, onde verdadeiramente o ideal ressocializador poderá acontecer.

Acreditamos que este trabalho poderá contribuir de forma significativa para ampliação e disseminação do tema proposto “Diretrizes para o Sistema Penitenciário”, pois apresenta algumas reflexões de um novo paradigma para o cumprimento das penas privativas de liberdade, em busca da efetiva Segurança Pública com Cidadania.







## **EIXO TEMÁTICO 7: DIRETRIZES PARA O SISTEMA DE PREVENÇÃO, ATENDIMENTOS EMERGENCIAIS E ACIDENTES**

**Monografia Vencedora:** SISTEMA DE COMANDO EM OPERAÇÕES:  
O GERENCIAMENTO DE EMERGÊNCIAS – UMA ANÁLISE DO MODELO  
DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESPÍRITO SANTO

**Autor:** Siwamy Reis Dos Anjos (Vitória – ES)

### **RESUMO**

Ao se iniciar esta pesquisa, pretendeu-se uma análise crítica e reflexiva sobre o funcionamento do Sistema de Comando em Operações na busca de uma nova abordagem para a articulação das agências envolvidas no atendimento a emergências. Para isso foi necessário descrever o modelo utilizado nos EUA, o Incident Command System. Trata-se de uma pesquisa exploratória, dotada de uma abordagem qualitativa que busca encontrar em um universo teórico-prático as possibilidades para adoção de um único modelo de emergências para todos os órgãos de resposta no Espírito Santo. A seqüência teórica serviços-redes complexidade determinaram a cadência da construção do conceito de emergências complexas e da sua necessidade de resposta dos atores sociais. Da mesma forma a categorização do nível de complexidade de uma emergência foi considerada a partir da inter-relação entre as variáveis, quanto à sua presença e intensidade. O viés empírico da pesquisa resgata as inundações vividas em 2005 nos municípios de Mimoso do Sul e João Neiva, e ainda, um desabamento ocorrido em Domingos Martins, em 2007. Nesses cenários foram extraídas visões do pesquisador e de agentes públicos que trabalharam nas ações de resposta de modo a desvendar os problemas que traduzem, de maneira geral, a falta de articulação entre os atores sociais. A análise dos dados levou a concluir que as ações de resposta carecem da adoção de uma ferramenta de gerenciamento de emergências em nível estadual como forma de atingir a todos os atores sociais que de alguma forma se empenhem nessas ações.

**Palavras-chave:** Sistema de Comando em Operações. Emergências Complexas. Articulação. Adoção.

## **Segundo Lugar:** REDE SOLIDÁRIA DE COMUNICAÇÃO: UMA PROPOSTA DE AÇÃO CIDADÃ

**Autor:** Jorge Antonio Prudente da Silva Fraga (Feira de Santana – BA)

### **RESUMO**

O vasto território baiano com um relevo acentuado na parte central é carente de comunicação entre os órgãos da Segurança Social. A proposta desse trabalho destina-se ao estudo aprofundado da criação de uma REDE SOLIDÁRIA DE COMUNICAÇÃO, que será operada por radioamadores e radioperadores em apoio aos Órgãos Oficiais responsáveis pelo atendimento às emergências. Para tanto, buscou-se a experiência bem sucedida, bem como, conhecimento da área com especialistas em operações com rádio frequência, nas atividades de defesa civil. O plano piloto da Chapada Diamantina, onde a comunidade através do radioamadorismo se comunica e apóia as entidade da Segurança Social, oferecendo proteção ao meio ambiente serviu como base de informação para a formulação da presente proposta.

**Palavras- chave:** segurança social, comunicação, rádio amadorismo, parceria cidadã.

## **Terceiro Lugar:** A POLÍCIA MILITAR FERIDA: DA VIOLÊNCIA VISÍVEL À INVISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA NOS ACIDENTES EM SERVIÇO

**Autora:** Cristina Kolegeski Fraga (São Borja – RS)

### **RESUMO**

Trata-se de uma pesquisa que originou a tese de Doutorado em Serviço Social que investigou o acidente de trabalho (AT) na Polícia Militar do Rio Grande do Sul – Brigada Militar. Ancora-se na hipótese de que o acidente expressa formas de violência construídas na sociedade contemporânea, instituídas e legitimadas na Brigada Militar (BM). Na BM, essas formas de violência refletem as condições de trabalho policial (formas de execução: precariedade, sobrecarga devido aos trabalhos extras, pressão social e institucional) e sua organização rigidamente hierarquizada (baseada na centralização de decisões, divisão e padronização das tarefas). A abordagem buscou entrelaçar violência, saúde do trabalhador e Polícia Militar, concretizando-se em um estudo de caso no qual se privilegiou a BM

como unidade de referência. A coleta articula dados quantitativos e qualitativos sobre o acidente contemplando os diferentes sujeitos: os profissionais da saúde, gestores e as famílias das vítimas. O objetivo central foi dar visibilidade às instâncias e dimensões pelas quais se constroem os mecanismos de invisibilidade nos acidentes, captando as múltiplas formas de violência que ocorrem no trabalho do policial. À interpretação utilizou-se a análise de conteúdo e a triangulação. As conclusões indicam que há uma representação institucional restringindo o acidente à atividade-fim, contrapondo-se às variadas formas e circunstâncias em que estes ocorrem. Evidenciou-se, ainda, a preocupação da instituição com o acidentado que, em muitos momentos, é refém da precariedade de políticas públicas. Sugere-se trabalhar para o despertar de uma sensibilização social à visibilidade dessa demanda, uma vez que o acidente não fere apenas a vítima e sua família, como também a Polícia Militar e a sociedade.



## 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública

### Coordenação Executiva:

*Coordenadora Geral: Regina Miki*

*Secretária Executiva: Fernanda dos Anjos*

*Secretária Executiva Adjunta: Mariana Carvalho*

*Coordenadora de Capacitação: Beatriz Cruz*

*Coordenador de Comunicação: Marcelo de Paiva*

*Coordenador de Infraestrutura: Antonio Gianichini*

*Coordenador de Metodologia: Fábio Deboni*

*Coordenador de Mobilização: Guilherme Leonardi*

*Coordenador de Projetos Especiais: Fernando Antunes*

*Assessora Especial da Coordenação Executiva: Luciane Patrício*

*Assessora de Assuntos do Sistema Penitenciário: Márcia de Alencar*

### Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento e Pessoal em Segurança Pública – DEPAID/SENASP

*Diretora: Juliana Márcia Barroso*

*Coordenadora Geral de Ensino: Melissa Pongeluppi*

### Comitê Executivo do 1º Prêmio

#### **Fernando Luís Coelho Antunes**

*Coordenador de Projetos Especiais*

*1ª Conferência Nacional de Segurança Pública*

#### **Haydée Glória Cruz Caruso**

*Assessora da Coordenação Geral de Desenvolvimento de Pessoal*

*Secretaria Nacional de Segurança Pública*

#### **Thadeu de Jesus e Silva Filho**

*Membro do Departamento de Políticas, Programas e Projetos*

*Secretária Nacional de Segurança Pública*

### Comissão julgadora do I Prêmio

*Regina Maria Filomena de Luca Miki (1ª CONSEG/MJ)*

*Márcia de Alencar Araújo Matos (DEPEN/MJ)*

*Fernando Luís Coelho Antunes (1ª CONSEG/MJ)*

*Cristina Gross Vilanova (SENASP/MJ)*

*Gilson Menezes (Comissão Organizadora Nacional da 1ª CONSEG, Conselho Nacional de Guardas Municipais)*

*Geovana Alves (Comissão Organizadora Nacional da 1ª CONSEG, Departamento de Polícia Rodoviária Federal)*

*Renato Sérgio de Lima (Comissão Organizadora Nacional da 1ª CONSEG, FBSP)*

*Haydée Glória Cruz Caruso (SENASP / MJ)*

*Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo (PUC/RS)*

*Paula Miraglia (ILANUD)*

*Marcus Vinícius Gonçalves da Cruz (Fundação João Pinheiro - MG)*

*Vanda de Aguiar Valadão (Universidade Federal do Espírito Santo - UFES)*

*Moema Dutra Freire (PNUD)*



Ministério  
da Justiça



[www.conseg.gov.br](http://www.conseg.gov.br)